

SÍNODO DOS BISPOS 2023
DIOCESE DO PORTO – SÍNTESE DIOCESANA

1) DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

É com grande alegria e esperança que apresentamos a síntese possível das respostas dos diocesanos do Porto ao processo de consulta para o Sínodo dos Bispos de 2023, sentindo-nos muito gratos pela participação de todos. Grande é também a alegria e a gratidão por este processo sinodal de escuta do povo de Deus, em grande parte inédito na vida da Igreja. Muitas foram as manifestações de gratidão por esta iniciativa, vindas das comunidades locais, que sentiram a alegria de participar e a esperança de que daqui resultem verdadeiros processos de transformação, que vençam a inércia sem cair na ideologia da mudança, nem na mera cosmética.

O método sinodal pede que a participação se faça em grupos de escuta e diálogo e não tanto na resposta individual a um questionário prévio, atrás de um ecrã. Nesse sentido, a calendarização proposta merece alguns reparos. O Vademecum poderia ter chegado de modo a possibilitar que a consulta se iniciasse com o ano pastoral. Não sendo assim, o tempo necessário para mobilizar as comunidades levou a que o trabalho nos grupos se desenrolasse sobretudo entre janeiro de 2022 e a Páscoa passada. Melhor será esquecermos o primeiro prazo de resposta. O desejo de alargar a consulta aos âmbitos menos tradicionais do espaço eclesial pediria uma mobilização nacional, com ampla divulgação nos meios de comunicação, fazendo da consulta um acontecimento público. Como assim não aconteceu, a possibilidade de escutar as periferias e a sociedade em geral cingiu-se às estruturas eclesiais que já têm trabalho nesses âmbitos, chegando a níveis de participação bastante discretos.

Na diocese do Porto, o caminho sinodal ativou-se a partir das reuniões de vigários da vara, de uma assembleia de movimentos e obras e da colaboração com a CIRP. A partir da divulgação que estes fizeram junto dos párocos e comunidades locais, procurou-se criar uma outra rede de contactos para a dinamização do processo e a receção das respostas, rede esta muito dependente da iniciativa dos responsáveis locais, sobretudo dos presbíteros. Neste processo fica muito clara a dificuldade de comunicação, apesar do recurso às plataformas mais comuns. A comunicação é um aspeto fundamental a qualquer caminho sinodal, que, para o futuro, deve ser trabalhado com uma estratégia sólida e uma persistência sem tréguas.

Na diocese do Porto, o jornal diocesano, Voz Portucalense, dedicou um espaço semanal à publicação de opiniões, notícias, entrevistas e artigos de fundo sobre o tema. A disponibilização destes conteúdos no jornal e nas plataformas online foi fundamental para o processo. Ao mesmo tempo, a comissão diocesana, além do contacto via email, criou uma página web que disponibilizou toda a documentação e informação, bem como material de formação, no qual se destaca a produção de quatro vídeos em colaboração com o gabinete de comunicação diocesano.

A comissão sinodal diocesana implementou dois modos de participação, sendo o primeiro e o mais essencial, o trabalho em grupos, com uma plataforma online de resposta diocesana. Por meio da rede de contactos, propôs-se que cada comunidade ou grupo trabalhasse o Vademecum, fornecendo versões simplificadas do mesmo e disponibilizando ajuda e materiais

de formação, que aproveitaram mesmo a outras dioceses. O segundo, para permitir a participação de todos quantos não se enquadraram em algum grupo, passou pela abertura de um questionário individual, também online, durante um mês.

Deixando a cada comunidade a escolha do método a usar, verificámos que a maioria optou por partir dos grupos já formados, criando outros grupos a propósito, ou ainda criando grupos de interação entre membros dos vários grupos já existentes. Sobretudo por causa da inibição gerada pela pandemia para o encontro pessoal, muitos optaram por formas de encontro online, e muitos desistiram da forma mais rica do encontro de grupo para enveredar por métodos de consulta individual

Algumas comunidades foram bastante criativas no modo de gerar participação, usando os dois modos de encontro de grupo e questionário individual, com a colocação de pontos de recolha de respostas em lugares públicos, ainda que o nível de participação registado seja modesto. Algumas comunidades procuraram ir ao encontro das instituições civis e animá-las a participar, mas com níveis de participação residuais. Uma vez mais, parece ter faltado fazer desta consulta um “evento nacional”.

Registe-se ainda a enorme dificuldade em perceber o que se perguntava, por muitos manifestada. A mesma dificuldade sentiram os que tomaram as questões dos dez eixos temáticos como perguntas a responder, dificultando a síntese final. Em todo o caso, parecendo-nos que as questões colocadas dificultavam a participação de pessoas menos envolvidas no ambiente eclesial, bem como dos mais jovens, divulgámos um breve modelo de questionário alternativo.

Outras dificuldades se registam, no que toca a estar em grupo, dar opinião com desapego e escutar com disponibilidade. Algumas comunidades, viram-se obrigadas a abrandar o processo, pois despertaram velhos ressentimentos e conflitos adiados, mas não resolvidos, que tomaram conta da discussão. Percebe-se que muitas respostas surgem em ambiente de controvérsia, sobretudo naqueles temas que, muito falados na opinião pública, geram maior desconforto quando chega a hora de procurar um consenso.

A este propósito, é muito importante dizer que este modo de consultar, não perguntando sobre um tema específico, mas abrindo espaço à manifestação de opiniões, leva a que muitas comunicações insistam em temas que não geraram consenso, nem o gerariam, se propostos de modo universal. Pode, pois, parecer que um grande número de opiniões num dado sentido indique uma mudança evidente, mas o que se evidencia é a necessidade de tratar estes temas com maior profundidade e abertura, e isso não é pouco. É bom que as respostas registem também o que não foi consensual.

Em tudo quanto se segue, procura-se refletir esta participação, deixando de fora aspetos mais locais e circunstanciados, que serão tratados noutra âmbito, e procurando discernir com cuidado e em oração o que se deve registar e comunicar.

2) APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Até ao fim do prazo, recebemos 181 respostas de grupo, que representam 194 paróquias, das 477 da diocese, 30 comunidades de vida consagrada, movimentos e grupos, e ainda outros

grupos paroquiais que quiseram enviar a sua própria resposta. Também de algumas paróquias que não responderam, chegaram as razões da ausência e outras respostas têm, entretanto, chegado. Recebemos ainda 517 respostas ao questionário pessoal, que mantivemos aberto apenas no último mês.

Dos temas mais debatidos, o primeiro que se destaca é o que engloba tudo quanto se refere à pouca participação na vida eclesial, sobretudo dos jovens que se sentem pouco tidos em conta, mas também dos jovens adultos que muitas vezes se sentem cansados e sem tempo. O desinteresse dos jovens e a rutura com a moral cristã, são referidos pela maioria. Também as divisões entre os frequentadores das atividades eclesiais, onde muitas vezes a frontalidade cede lugar à maledicência, e o criticismo dirigido contra quem participa, demovem de uma resposta mais generosa ao compromisso cristão. Sente-se também que é pouco valorizado o compromisso cristão na vida profissional, sem envolvimento em grupos mais formais. A pouca participação sente-se ainda, de modo especial, na diminuição da frequência da Eucaristia.

Da participação litúrgica, mormente na Eucaristia, emerge um segundo tema que é o da dificuldade de encontrar uma linguagem compreensível, nas palavras e sinais. Manifesta-se o desejo de maior cuidado na preparação das celebrações, que se querem atuais, alegres e significativas, e sobretudo das homilias. A homilia é muito apreciada e, por isso, ao mesmo tempo, muito criticada.

Tema muito presente, e lugar de tensão e falta de consenso, é tudo o que concerne a abertura ao acolhimento de quem não está em regra com a moral cristã. A inclusão dos que viram falhar os seus matrimónios, a sua aceitação como padrinhos de batismo, sendo posta em questão a manutenção do ministério dos padrinhos, os que vivem a sua sexualidade de modo diferente e quantos se sentem rejeitados pelas comunidades cristãs.

Para que não seja uma Igreja só de alguns, discute-se a necessidade de escutar e acolher, até porque estas situações tocam de perto as famílias todas. Da tensão que o tema revela, pode-se inferir o que nunca se diz sobre o quanto este acolhimento deve ou não ter de proposta de conversão. Neste sentido, também foi tema presente haver muitas pessoas que procuram a Igreja como prestadora de serviços “à la carte”, que se usa e descarta, sem compromisso de vida.

Também fraturantes são as propostas abundantes de tornar opcional o celibato dos sacerdotes e da ordenação de homens casados e de mulheres. De perto com estas propostas, anda a preocupação pela diminuição do número de sacerdotes, muito ocupados com tarefas administrativas e pouco disponíveis. Discute-se muito o tema do clericalismo, presente na articulação do ministério dos presbíteros, dos diáconos e da participação dos leigos, em especial das mulheres. Apesar de se constatar que a maioria dos grupos é dirigido por mulheres, discute-se a sua participação de pleno direito em lugares de decisão. Em contraponto, é muito referido o excessivo protagonismo de alguns leigos, face a um desejo manifesto de maior proximidade e comunhão entre todos, sem autoritarismo de ninguém.

A questão dos abusos sexuais no seio da Igreja e o modo de a tratar é tema recorrente e debatido, com preocupação e desejo de maior transparência e celeridade.

A abertura da Igreja aos sinais dos tempos e à sociedade, a sua falta de visibilidade no espaço público, o aparecer ainda ligada ao poder, o uso dos meios de comunicação, a falta de compromisso e testemunho dos cristãos, a necessidade de transparência na vida eclesial, sobretudo nas questões económicas, a necessidade de formação, sobretudo bíblica, para todos,

mesmo para os sacerdotes, são outros tantos temas relevantes, entre muitos que ficam por referir.

Uma vez que o Sínodo pede um olhar sobre a Igreja e o que deveria mudar, pode parecer que a imagem da instituição que prevalece é negativa, quando, na verdade, são muitos os que pensam que a Igreja não precisa de mudar, mas sim que os cristãos precisam de maior verdade na vivência da fé. Na maior parte das respostas há um balanço entre aspetos positivos e negativos, retratando uma Igreja feita de múltiplas vivências, a diferentes velocidades, mesmo que a consulta privilegie o olhar sobre o que deve mudar.

A ideia de Igreja manifestada nas respostas à consulta sinodal é muitas vezes reduzida e centrada na ideia ou imagem que os participantes têm da sua paróquia, confundindo-se uma com a outra. Não é, pois, de espantar que nem os aspetos negativos nem os positivos sejam universais, dependendo da experiência particular de cada crente, grupo ou comunidade.

A partir da realidade concreta de ser Igreja na Diocese do Porto, ressaltam os seguintes ASPETOS NEGATIVOS: considera-se que a Igreja se apresenta como um corpo fechado sobre si mesmo, mais reativo do que proactivo, muito tradicional, pouco aberto ao mundo, envelhecido esvaziado e apático, com muita dificuldade em se adaptar aos novos tempos, em declínio, com um número decrescente de fiéis, pouco transparente e pouco dado a dar contas na gestão e planeamento, tendencialmente conservador e crítico das novas dinâmicas sociais e culturais, incapaz de propagar uma mensagem clara no que respeita a temas fraturantes da sociedade, acentuando uma práxis com base em restrições e obrigações e onde as alterações ou atualizações que são definidas demoram muito tempo a serem implementadas.

Continua a ter uma atitude demasiado hierárquica, clerical, corporativa, pouco transparente e resistente à mudança, protegendo-se a si mesma antes de proteger a comunidade de fiéis, como aconteceu no caso dos escândalos de abusos sexuais na Igreja.

A Igreja revela pouca abertura para acolher as situações irregulares, que são geradoras de grande sofrimento para alguns grupos de pessoas. É uma Igreja pouco inclusiva e acolhedora, quer em termos espirituais, quer em termos humanos, marginalizando divorciados, recasados, pessoas em «união de facto» e pessoas com diferentes orientações sexuais, dando igualmente pouca atenção a pessoas com deficiência. Há falta de clareza quanto ao que é pecado e lamenta-se a condenação pública. Uma Igreja que não escuta, com dificuldade crescente em cativar os jovens.

Revela alguma soberba na atitude e na escuta, desvalorizando os anseios e as expectativas de leigos e leigas e dos jovens, relegando-os, demasiadas vezes, para o papel de recetores passivos. É uma Igreja na qual as mulheres ainda não são consideradas em igualdade com os homens. Revela-se, ainda, pouco aberta à alteração dos rituais e da linguagem litúrgica, isto é, com rituais e com uma linguagem pouco atual e entendível. A liturgia não incorpora as realidades humanas e os sacramentos não são experimentados como sinais de salvação, mas como ocasiões sociais. Não se compreende que se “paguem” os sacramentos.

A Igreja não assume práticas frequentes e efetivas de sinodalidade, de tomada de decisões de forma partilhada e discernimento comunitário. A participação dos leigos não é acolhida pela hierarquia, a não ser pontualmente e quase sempre a título de benevolência, quase nunca com reflexos práticos concretos, denotando a existência de poucos espaços de diálogo. É crescente a perceção da dificuldade de a Igreja ser verdadeiramente escutada para lá das suas fronteiras, mesmo que os problemas sociais sejam parte integrante da sua mensagem.

O ecumenismo e o diálogo com outras instâncias da sociedade continuam a ser insuficientes.

O clericalismo de padres, diáconos e leigos é um obstáculo à escuta e à mudança. Parte do clero não anuncia, não pratica o Evangelho e os valores de Cristo, procuram a ostentação e a riqueza e não seguem as orientações da Igreja. Muitos párocos não querem delegar serviços, por medo de perder o poder e o prestígio. A maioria dos sacerdotes está sobrecarregada com o serviço de muitas paróquias, tarefas administrativas e celebração de muitas missas. Não têm tempo para cuidar de si e dos seus paroquianos, para a sua formação contínua e para alimentar a sua própria espiritualidade. Sente-se falta de formação para clérigos e leigos, sobretudo os que prestam algum serviço. São necessários cada vez mais padres pastores e menos padres gestores ou administradores de estruturas da igreja, sendo cada vez mais necessário que essas estruturas sejam geridas por leigos responsáveis. Tudo isto contribui para exista um significativo distanciamento entre o clero e os leigos.

Olhando os ASPETOS POSITIVOS da Igreja, esta é vista como um espaço de encontro, de experiência pessoal, onde se sonha e partilha e se organiza a vida da comunidade. É lugar de reunião de uma família espiritual, sempre em construção e conversão. Espaço de acolhimento, de crescimento na fé, de escuta da Palavra de Deus partilhada em comunidade. Um lugar onde se presta um serviço aos mais marginalizados, doentes e pobres, onde existe um sentimento de pertença, de comunidade, onde se recebem valores e princípios. A diversidade de grupos na Igreja, dá espaço a cada um para colocar ao serviço dos outros os seus diferentes carismas.

É reconhecida a ação social desenvolvida por diferentes estruturas da Igreja, louvado o trabalho que a Igreja realiza em favor dos irmãos mais desfavorecidos e excluídos, muitas vezes escondido, uma vez que a Igreja não é perita em dar a conhecer o muito trabalho que desenvolve nesta área.

A ideia de Igreja mais marcante é a de um corpo que está em processo contínuo de mudança, de atualização. Constata-se que é crescente e significativo o número de fiéis que o são não por tradição, mas por convicção. Sublinha-se a liberdade experimentada numa fé de portas abertas, à qual se adere e que se vive livremente.

Vivenciam uma Igreja a caminho, cuja peregrinação reflete a fragilidade e os limites da condição humana, mas também é reveladora da ação do Espírito Santo. Com um longo caminho percorrido, experimentou nas últimas décadas alterações profundas ao nível estrutural e participativo, com especial realce para o papel e a vocação do leigo pela tomada de consciência de pertencermos a uma Igreja onde todos somos responsáveis e missionários.

A igreja continua a dar sentido à vida de muitos fiéis, que têm na sua fé o pilar para suportar as adversidades da sua vida, que reconhecem que esta tem um papel fundamental na transmissão de um conjunto de valores humanos que são essenciais à vida em comunidade. É substrato para o crescimento na fé, estruturante na transmissão de valores, abre-nos à solidariedade e à caridade e rasga horizontes para a promoção de um mundo mais justo. Num mundo no qual prevalece o individualismo, quem pertence à Igreja tem sempre um sítio ao qual pode voltar, um reduto de espiritualidade num mundo em que muitos recusam a transcendência. Ela é o alicerce.

Na Igreja há uma crescente abertura para ajudar e ouvir todos, independentemente da raça e religião. O cuidado com o próximo, o acolhimento aos outros, a valorização do conceito de Casa Comum, a riqueza presente na diversidade de modos de expressar a fé, o serviço como estilo de vida e a partilha são marcas referenciais do ser Igreja de Jesus Cristo.

De sublinhar, neste ser Igreja, o papel das comunidades de vida religiosa e congregações, que constituem espaços privilegiados de escuta da Palavra de Deus, de vivência da liturgia, de oração, de partilha fraterna, de serviço, de diálogo, de aprendizagem de lideranças partilhadas na inserção nos diversos grupos paroquiais.

Importa realçar que um número significativo de pessoas se mostrou bastante agradada com a abertura que a Igreja demonstrou com este Sínodo, com esta consulta ao Povo de Deus, com o “querer escutar”. As pessoas sentiram-se ouvidas pela Igreja o que foi tido como um dos pontos mais positivos deste “caminhar juntos”.

3) VISÃO DA IGREJA ATUAL

Importa, agora, questionar que aspetos da vida da Igreja Católica necessitam ser imersos num verdadeiro processo de conversão e que propostas significativas foram apresentadas nesta recolha sinodal que mereçam ser estudadas, debatidas e implementadas? Os aspetos a necessitar de conversão, sobressaem nos pontos negativos da igreja e, evitando uma desnecessária repetição, ficam expressos nos grupos de propostas que se passamos a apresentar.

A apresentação de propostas é, decerto, o mais esperado desta consulta, ainda que possam resultar de uma reflexão feita em prazos reduzidos, que pode e deve ser prolongada agora em cada comunidade. Propor caminhos é também o mais difícil.

Não temos consolidadas rotinas de projeto e avaliação e os prazos de verificação de resultados, naquilo que pretende a atividade pastoral, são demasiado largos para serem operativos. Por isso, é frequente repetirmos a mesma proposta, que se tenta instalar há décadas, sem chegarmos a saber se é preciso insistir nela ou se devemos abrir outros caminhos.

Neste ponto das respostas, é frequente a tentação de repetir o elenco das necessidades sem propor caminhos para as suprir. No entanto, da leitura das respostas surgem algumas propostas claras e universais que merecem todo o esforço de implementação e outras que, ainda que muito repetidas, não geraram consenso, mas exigem cuidada reflexão. Como seria de esperar, muitas das propostas interligam-se, formando um tecido de vida eclesial não compartimentável.

Sem estabelecer qualquer ordem de incidência ou de prioridade, são áreas de conversão e lugar de propostas a formação, a escuta e o diálogo, o encontro, o acolhimento, o tratamento dos abusos sexuais, a espiritualidade e oração, a linguagem, a comunicação, o ministério ordenado, a participação de leigos e leigas, os jovens, a família e o rosto das comunidades cristãs, que passamos a apresentar.

FORMAÇÃO – Sem hesitação, propõem-se mais momentos de formação e de diálogo, tanto para leigos, sobretudo os que servem nalgum ministério, quanto para clérigos. Formação teológica e, sobretudo, bíblica, referenciando-se especial dificuldade em aceder aos textos do Antigo Testamento. Propõe-se formação para o diálogo com a sociedade e a cultura e formação para o

acolhimento. Neste âmbito, recebe especial ênfase o tema da catequese, tanto na formação dos animadores quanto na renovação dos seus métodos e conteúdos. A catequese destaca-se enquanto lugar insubstituível de formação cristã.

Dos muitos âmbitos em que se quer mais formação, ainda que seja muito pouco referido, não se pode deixar de lado o da formação para o namoro, que deveria dar fôlego a questões que acabam tratadas em tempo de recurso, na véspera da celebração do matrimônio, tantas vezes celebrado por quem já vive em comum.

As muitas referências à homilia, não vão no sentido de que acabe, até porque é muito valorizada, a ponto de qualificar a celebração, mas desafiam uma formação específica para que sejam mais cuidadas no conteúdo, na forma e na duração. Propõe-se mais exigência na formação e no discernimento para o ministério presbiteral, querendo que os sacerdotes estejam mais próximos dos leigos e mais disponíveis para os atender e acompanhar, libertando-os de tarefas que podem ser realizadas por diáconos e leigos.

Também se nota a necessidade de formação para a linguagem da liturgia, uma vez que a dificuldade de compreensão tem sempre dois sentidos: o de quem diz e o de quem escuta.

ESCUA E DIÁLOGO – Os encontros sinodais deixaram a abertura para mais iniciativas que os continuem, numa postura de escuta e diálogo, pedida com insistência. Um diálogo essencial para a formação e a clarificação dos conteúdos da fé e a reflexão sobre a proposta cristã para hoje. Criar uma cultura de partilha e participação ativa de todos, sem excluir qualquer tema, cultivando a prática do discernimento orante, é uma proposta clara para “caminhar juntos”.

ENCONTRO – Propõe-se com insistência que se proporcionem mais momentos de encontro e convívio. Talvez o longo tempo de pandemia tenha revalorizado esta necessidade, quando antes se verificava um certo cansaço nestas iniciativas. Nesta proposta sente-se a necessidade de valorizar a vida em comunidade e de superar conflitos e divisões que causam escândalo, para que o testemunho de comunidades que vivem a fé em comunhão e alegria seja, por si só, testemunho do evangelho.

ACOLHIMENTO – A proposta de cultivar o acolhimento é a mais presente, ainda que deva ser percebida em duas vertentes distintas. Melhorar as competências de acolhimento nas diversas interfaces da comunidade eclesial com as pessoas, sendo uma Igreja de portas abertas e de trato simpático, educado, facilitador, desburocratizado, é a primeira vertente e um caminho irrecusável. Nesta mesma proposta se pode incluir a abertura ao diálogo com a sociedade e a cultura e ao diálogo ecumênico e inter-religioso, ainda que fique pouca clara a dimensão profética deste diálogo.

Uma segunda vertente, muito insistente e pouco consensual, é a proposta do acolhimento entendido como inclusão daquelas pessoas que vivem uma qualquer forma de irregularidade face à moral cristã ou que se sintam, de algum modo, excluídas. Quer-se, sem hesitação, uma Igreja inclusiva, aberta e acolhedora, menos preocupada com as “regras”, sem se precisar como se conjuga acolhimento e proposta cristã.

O desejo de uma “igreja para todos”, leva a muitas propostas decididas neste sentido, que fazem deste um dos temas a merecer maior atenção futura, pois a dificuldade de compreender a proposta cristã é muito generalizada, mesmo entre aqueles que percorreram o normal Trajeto formativo cristão. É hoje, e talvez sempre tenha sido, o lugar onde o diálogo da fé com a vida se

faz mais difícil. Por isso, não se pode continuar a passar em silêncio, tanto quanto não se deve fazer dele o principal lugar da fé.

TRATAMENTO DOS ABUSOS – O tema do escândalo pelo modo como foram tratados os casos de abuso sexual no seio da Igreja é muito referido na análise dos pontos negativos, mas não encontra correspondente abundância no âmbito das propostas. Ainda assim, percebe-se uma consciência crescente da importância de mudar estes procedimentos para o futuro da Igreja e, por isso, alguns propõem transparência, celeridade e rigor nesta matéria.

ESPIRITUALIDADE – Um âmbito de proposta abundante e consensual, entendido como valor essencial para o futuro da Igreja, é o que respeita à espiritualidade e à oração. O lugar da vida espiritual e, nesta, da oração, para a conversão de vida e a importância fulcral desta para a evangelização são um caminho irrecusável que deve dar rosto às nossas comunidades. Igrejas abertas para a oração com espaços cuidados e confortáveis, mais tempos de adoração eucarística e, sobretudo, liturgias menos formais, mais próximas, compreensíveis e significativas são feições deste caminho que deve crescer.

A importância da liturgia e, nesta, da celebração da Eucaristia, é fonte de uma exigência imensa para o trabalho pastoral. Cânticos, ritos, sinais, linguagem, homilia, tudo se deseja mais atual e acessível, sobretudo para as crianças e jovens, mas também mais espiritual.

Uma proposta que merece reflexão é a que sugere novos modos e tempos para a celebração do sacramento da Reconciliação, acrescida do pedido de que se criem condições de maior disponibilidade dos ministros para a mesma.

LINGUAGEM – Propõe-se o cuidado de adaptar a linguagem conforme o público, simplificando os termos mais técnicos ou teológicos, sempre que possível. Usar a linguagem para aproximar e não para afastar, para promover o diálogo e a disseminação das mensagens importantes e não para exibir eloquência e erudição.

Já referimos a necessidade de formação para a homilia e de formação para a linguagem da liturgia, mas esta questão da linguagem nas celebrações, tantas vezes entendidas como repetição monótona dos mesmos ritos de significado obscuro, percebe-se como essencial à vida cristã. Fazer a mensagem compreensível aos cristãos é um propósito conciliar que está longe de ser cumprido. Em muitos reparos escutamos as mesmas observações que antes se faziam à liturgia pré-conciliar, o que denota como continua a ser essencial aproximar a liturgia dos crentes e os crentes da liturgia. De facto, este caminho, como já foi dito, tem sempre dois sentidos e nenhum deles pode ser sobrevalorizado ou esquecido.

COMUNICAÇÃO – Dos contributos e respostas recebidas assinala-se com particular destaque a necessidade de comunicação na Igreja. Desde o acolhimento nas celebrações até ao modo de evangelizar, foram muito os contributos recebidos visando uma atualização da presença da Igreja na sociedade.

A importância da comunicação digital e das redes sociais foi valorizada pela larga maioria dos contributos sinodais. É assumida a necessidade de dar maior protagonismo aos leigos neste tema, aliada a uma estratégia que tenha em atenção uma linguagem simples, transparente, clara e objetiva.

MINISTÉRIO ORDENADO – São muitas as propostas no sentido de tornar opcional o celibato sacerdotal. Além do atrativo pela ideia de escolha, parece a alguns que poderia obviar ao problema dos abusos sexuais e há uma expectativa generalizada de que aumentasse o número

de ministros. Neste sentido, também abundam propostas para a ordenação de homens casados e de mulheres. Aparece como positiva a experiência dos diáconos permanentes e também se propõe este ministério para as mulheres.

Uma proposta clara que emerge desta consulta afirma a importância de a Igreja valorizar e reconhecer o papel das mulheres. Para tal, propõe-se uma reforma profunda no sentido de acabar com a exclusividade de homens a presidir às assembleias, valorizando o papel da mulher num plano de igualdade, equiparado ao vivenciado nas Igrejas cristãs de cariz protestante. Nas respostas de grupo, percebe-se a falta de consenso nestas matérias.

Vale a pena repetir a proposta de melhorar a formação para os ministérios ordenados, valorizando, além das dimensões mais óbvias, as competências para o acolhimento, a escuta e o diálogo, a partilha de decisões e o trabalho em conjunto.

LEIGOS E LEIGAS – Os leigos devem assumir um papel mais ativo na evangelização, para o que se propõe que tenham mais voz nas instâncias de decisão e de tomada de posição, sem ceder ao excessivo protagonismo e autoritarismo, de feição clerical, de alguns. A dimensão hierárquica deve possibilitar uma maior participação laical, mesmo no que concerne ao discernimento sobre a escolha dos bispos e a transferência dos párocos, que deve criar maior rotatividade. O lugar dos conselhos não deve ser menorizado, tornando-os determinantes nas decisões tomadas em qualquer nível e procurando que representem mais que o núcleo de pessoas envolvidas nas estruturas eclesiais.

Cabe aqui uma referência fundamental ao papel das comunidades de vida religiosa e à sua importância para a comunhão eclesial, onde surgem como sinais insubstituíveis da vida na fé, marcada pela espiritualidade e pelo serviço.

Do conjunto de respostas recebidas, muitos entendem como constitutivo da mundividência do mundo atual o papel da mulher na Igreja. É fundamental e irreversível que mulheres e homens tenham os mesmos direitos e deveres, sendo este um conceito básico para construir uma sociedade com níveis cada vez menores de discriminação e preconceito.

Espera-se maior partilha de responsabilidades e maior corresponsabilidade em tudo, superando o clericalismo e manifestando verdadeira comunhão entre todos. Esta comunhão e partilha deve ser clara entre comunidades, sobretudo no uso de critérios e regras comuns para a pastoral e os sacramentos.

JOVENS – São escassas as propostas avançadas no sentido de melhorar a relação, o entendimento e a participação dos jovens na Igreja. Além da adequação dos momentos litúrgicos, a repetir muitas das propostas do imediato pós-concílio, propõe-se um especial cuidado no acompanhamento que deve ser dado a projetos centrados nos jovens, após terem completado o percurso catequético, com a receção do sacramento do Crisma.

Propõe-se a criação de grupos e atividades que escutem e acompanhem os jovens, em particular no seu processo de discernimento vocacional, promovam o voluntariado e o sentido de pertença à Igreja, dando-lhes maior presença e protagonismo e colocando os seus talentos individuais e de grupo ao serviço da comunidade. Propõe-se, ainda, que os jovens tenham mais voz nas instâncias eclesiais de decisão.

FAMÍLIA – Surge com força a necessidade de dar protagonismo maior às famílias fomentando o desenvolvimento da consciência de “Igreja doméstica”. É considerado que a participação das famílias deve ser acolhida, em particular, a partir da catequese, envolvendo-a a colaborar na vida comunitária em modo integrado com os outros grupos e estruturas.

Como já foi referido, é feito um apelo especial de abertura e acolhimento para com as novas realidades familiares, para com os divorciados recasados, os homossexuais e as pessoas em “união de facto”.

COMUNIDADES – Um último grupo de propostas, respeita à feição das comunidades eclesiais, dioceses, paróquias, comunidades religiosas e movimentos e obras, que se querem mais simples e acessíveis, mais próximas de todos. Para o maior bem de todos devem dar especial atenção ao diálogo e colaboração com as instituições civis.

A superação do clericalismo, deve dar-lhes maior transparência, sobretudo económica, e torná-las lugares de corresponsabilidade e cooperação, evitando a competição e a concorrência.

O caminho do discernimento implica assumir o risco de escolher, aceitando perder para poder construir. Pode acontecer que muitos não se revejam nestas propostas, achando-as pouco acutilantes ou incompletas. Em equipa procurámos ler tudo e a todos escutar, com muita gratidão. O nível de participação na Assembleia Diocesana Pré-sinodal e a escuta de quantos puderam intervir faz-nos confiar que este processo continuará. Nesta síntese, desejamos ter encontrado a voz de todos para discernir a voz do Espírito, conscientes de que o caminho já leva vinte séculos e ainda mal começou. Expomos o resultado do nosso trabalho ao discernimento da Igreja e das comunidades da diocese do Porto. Esperamos que lance alguma semente, da qual cuidemos, confiando-a ao carinho materno de Maria, que invocamos na sua Assunção. Sabemos, com a certeza que nos dá o Divino Semeador, que sempre haverá colheita.

COMISSÃO SINODAL DIOCESANA

Cón. Joaquim António da Silva Santos

Diác. Francisco Carlos Reis de Azevedo Moreira Bártolo

Bernardo Magina Madureira Palha de Araújo

Helena Sofia Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto

José Henrique Pinho

Mariana Brito Oliveira

Rui Manuel Lamego Saraiva

Ir. Tânia Maria Encarnação

Vincenza Giosafatte Saraiva